

REGISTRO DE REUNIÃO CEFIC

1. Identificação da Reunião

4ª Reunião Ordinária Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão no ano de 2023

Data	Horário	Local
11/10/2023	14:30	Sala 407, Palácio do Planalto

2. Pauta:

2.1 Abertura

2.2 Apresentar formalmente os participantes e a composição dos membros da CEFIC

2.3 Apresentar a minuta do decreto

2.4 Recursos financeiros para implantação nos estados

2.5 Plano de comunicação

2.6 Encaminhamentos

3. Participantes

Participantes		Órgão
Rogério Souza Mascarenhas	Titular CEFIC	Secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SGD/MGI
Eduardo Magalhães de Lacerda Filho	Suplente CEFIC	Coordenador-Geral de Identificação Civil no Gabinete da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - CGGIC/SGD/MGI
Ana Maria Costa Candido Lacerda		Assessora Técnica na Coordenação-Geral de Identificação Civil no Gabinete da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em

		Serviços Públicos - CGGIC/SGD/MGI
Pedro Helena Pontual Machado	Titular CEFIC	Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil na Presidência da República - SE/CC/PR
Carlos Antônio Lopes de Araújo		, Assessor na Secretaria - Executiva da Casa Civil na Presidência da República - SE/CC/PR
Reriton Weldert Gomes		Coordenador-Geral de Gestão de Cadastro e Benefícios Fiscais na Subsecretaria de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no Ministério da Fazenda - RFB/MF
Rafael Neves Carvalho		RFB/MF
Ney Barros		MJSP
Greicele		MJSP
Gilmar Luiz		MJSP
Claudiana Batista		MJSP

4. Relato

4.1 Rogério Mascarenhas abriu e falou sobre a pauta da reunião.

4.2 Eduardo Lacerda falou sobre o status dos órgãos que, está mapeando 08 Estados que não conseguirão implantar a CIN até 06 de novembro de 2023, que, Acre, Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina vão emitir CIN.

Ceará, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins ficarão no formato híbrido. Amapá, Bahia e Roraima só conseguirão após o dia 06 de novembro de 2023.

1.835.287 CINs foram emitidas em 13 Estados.

4.3 Rogério cita o problema que devido à falta de publicidade, o novo documento não tem tido sido aceito pelos órgãos. E que gera preocupação no ENEM.

A necessidade de um ofício da Ministra do MGI falando com todos os órgãos sobre a CIN. Rogério cita que será realizado uma campanha em redes sociais de divulgação da CIN e em novembro uma campanha com cartazes.

Passaram a tratar da Minuta de Decreto:

Ney encaminhou a PF a minuta de decreto, visto que, segundo ele, está estabelecendo competências a eles. Lacerda pondera que essas competências já estavam estabelecidas anteriormente e não houve mudanças.

Destaque para pontos do Decreto:

- Adequação a LGPD conforme a decisão do STF;
- Criação da plataforma de dados de identificação do cidadão;
- Composição da CEFIC – inclusão do Ministério da saúde;
- Uso do FNSP no Decreto;
- RFB inclusão da sustentação operacional com OICs;
- Trazendo para CEFIC a definição do layout por meio de Resolução;
- Transferência de 06/11 para 11/01/24, conforme a lei 14.534/23. Colocar a lei na minuta de decreto ao invés da data.

Lacerda cita que MDHC pleiteia uma vaga na CEFIC, mas ainda não contemplada nessa minuta.

Rogério pondera que não teve andamento das solicitações de recursos para ajudar os estados para que cumpram o prazo. Sugere uma discussão no âmbito de CEFIC para buscar alternativas financeiras de financiamento para estrutura dos estados, visto que em 12/01/24 – não é possível emissão de documento sem ter o número do CPF.

Reriton falou sobre o impacto nos Estados e como fazer para ajudar financeiramente os estados que estão com dificuldades. Reriton falou em buscar recursos para ajudar os estados que estão com dificuldade para implementação da CIN. Reriton sugere que o governo federal faça a aquisição de equipamentos e distribua aos estados. Com capacitação dos estados.

Pedro sugere um planejamento e construir agendas de conversas específicas junto aos estados críticos para verificar alternativas financeiras. Solução orçamentária para comprar equipamentos. Ajudar os estados a cumprirem a lei.

Sugere reunião específica para planejamento de disponibilização de recursos conforme necessidade de cada estado.

Ney sugere o uso de emenda parlamentar para compra dos equipamentos e insumos. Mas é uma iniciativa do governador.

Pedro pondera que as assessorias parlamentares devem avaliar se os parlamentares querem destinar ementas para esse fim, visto que não há visibilidade nesse tipo de compra. O bem não é visível como carros, ambulâncias.

O orçamento do MJSP está nos estados, basta a destinação segundo Ney Barros.

Pedro pondera que o MJSP deve coordenar a destinação dos recursos. Que MJSP deve trabalhar, conversar com parlamentares, montar um kit de identificação e destinar via emenda. Mas Ney acha que isso pode ser feito pela casa civil, SGD ou RFB.

Ney diz que o MJSP é um braço executor. Nei disse que a competência é da CEFIC e não exclusiva do Ministério da Justiça. Que o MJSP não é gestor de recursos.

Rafael lê as competências da PF – a competência de viabilizar as tecnologias para projeto CIN. Rafael citou as competências de cada órgão que foram estabelecidas em Resolução CEFIC desde o começo. Reriton diz que a competência tecnológica é do MJ, inclusive a de prover a tecnologia necessária.

Pedro solicita ao Ney que construa um plano de trabalho que ele seja um líder e defina as funções dos outros membros da CEFIC para encaminhar a demanda de conseguir gerir e destinar os recursos para segurança pública.

Ney disse que a CEFIC precisa submeter ao Ministério da Justiça, falou das emendas parlamentares e vender a ideia dos kits no Congresso e que precisa voltar a alinhar com o Ministro e o Secretário executivo. Disse que existe kits no Ministério da Justiça para emendas parlamentares para aquisição de itens de segurança pública.

Pedro pergunta qual a participação do MJSP?

Ney responde que MJSP gera QR code, disponibiliza a API de consulta, layout. Pondera que quando tem um encaminhamento para MJSP, não é executado. Ney sugere um novo alinhamento com SE e Ministro com relação as competências do MJSP.

Pedro sugere um plano de ação para direcionar recursos do FNSP ou para encaminhar recursos via emenda, pode liderar o grupo que vai fazer essa ação. e Ney disse que fará.

Votação da Resolução.

Resolução nº 15, altera a Resolução Nº 9.

Alteração de nomenclatura.

Votação:

Pedro: Sim.

Reriton: Sim.

Ney: Sim

Rogério: Sim

4. Outros Assuntos:

4.1 Plano de comunicação:

SGD realizará plano de comunicação execução da estratégia até o final de novembro: em outdoor, cartazes em pontos de ônibus. Ney sugere colocar a propaganda no gov.br. Rogerio pondera que evita fazer propaganda no gov.br, para manter a plataforma limpa. Rogerio sugere o envolvimento do Mec.

5. Falta do cumprimento do Decreto por parte do GOV Federal:

Devido à falta de estrutura, não é possível realizar a fiscalização, controle das gráficas previstos em decreto. Necessário apresentar uma proposta de estrutura para dar conta dessa pauta com inclusão do ITI. Reriton pondera que a CIN é um grande produto para identificar fraude. Lacerda pondera sobre a construção do Protocolo biométrico de divergência que não estamos cumprindo no Decreto.

Toda entrada no sistema pode ser fraudada. Mas agora o CPF tem uma foto, uma biometria, biografia. Saímos de um patamar lixo para uma alta segurança.

Rogério relata que foi inquerido numa audiência na Câmara e os pontos frágeis de descumprimento das atribuições do governo federal foram sensivelmente expostos. Na 3ª audiência pública sobre a CIN forma levados dados de fraudes da previdência. 7 Bi em fraudes. Lacerda declarou que CIN evitará as fraudes bilionárias, e ponderou que o TCU está ciente e monitorando a parte do Decreto que não cumprimos. Reriton disse; que quanto mais rápido implantar, mais rápido se diminuirá as fraudes.

6. Plataforma de serviços públicos passa ter vida com a publicação do decreto:

Lacerda mostra dados de CIN que já faleceram. Eduardo Lacerda falou sobre os números achados, que foram descobertos, que 1340 CPFs que tiraram a CIN e já faleceram, que 50.049 registros são inconsistentes e fez a sugestão de auditoria das 1.400.000 pela Receita Federal do Brasil. A RFB não teve acesso ainda porque, conforme Lacerda ponderou é necessário publicar o Decreto para que se formalize essa demanda. Reriton destaca que é possível a transferência da base para a RFB, visto que eu se tratar de uma POC. Pedro sugere que esses dados sejam enviados a RFB para essa auditoria. Rogério Mascarenhas falou que com a aprovação do decreto a plataforma passa a ter vida, integrará com outras plataformas e evitará fraudes.

7. Lacerda informa que Biometria será validada na base do TSE em outubro.

8. Encaminhamentos:

- Colocar a lei na minuta de decreto ao invés da data a cargo da SGD;
- Plano de ação para direcionar recursos do FNISP ou para encaminhar recursos via emenda, pode liderar o grupo que vai fazer essa ação A cargo do MJSP;
- Envolvimento do MEC para dar publicidade a CIN;
- Enviar dados a RFB para essa auditoria das inconsistências da base da CIN;
- Enviar projeto ao Pedro;
- Construir proposta de equipe e estrutura para projeto;
- Planejamento de conversa com os estados que não cumprirão o prazo da lei.

Dia 25 haverá uma reunião de trabalho da CEFIC para definição de competências e atividades para os membros CEFIC.